

A eliminação no discurso parlamentar: uma estratégia de retextualização*

Deletion on parliamentary discourse: a retextualization strategy

Maria Rodrigues de Oliveira**

RESUMO: Este artigo trata da estratégia de eliminação utilizada por retextualizadores na passagem de discursos parlamentares orais para a modalidade escrita. A retextualização de discursos parlamentares, devido à importância do que é dito no plenário, deveria primar pela fidelidade ao dito pelo orador e pelo respeito ao seu estilo. Observa-se, porém, que esses dois itens nem sempre são atendidos, pois, no processo de retextualização, ocorrem mudanças que afastam o texto derivado (escrito) do texto fonte (oral). Fundamentado primordialmente em estudos situados no campo da Linguística Textual e da Análise da Conversação, este trabalho tem o objetivo de discutir eliminações em discursos parlamentares tendo em vista as implicações dessa prática para os sentidos do texto. Como material de análise, será utilizado um trecho de um discurso proferido na Câmara Municipal de Guarulhos, Estado de São Paulo, em 14 de dezembro de 2005.

PALAVRAS-CHAVE: Fala; Escrita; Retextualização; Discurso parlamentar.

ABSTRACT: This article deals with the deletion strategy used by retextualizers during the transformation of parliamentary oral speeches into written texts. The retextualization of these speeches, having in mind the importance of what is said in plenary sessions, should excel in their fidelity to the speaker's words and respect for his style. However, these two requirements are not always met because there are changes in the retextualization process that distance the secondary text (written) from the source text (speech). Based primarily on studies located in the field of Textual Linguistics and Conversation Analysis, this research intends to discuss deletion on parliamentary discourses considering the implications of this practice for the senses of the text. For the sake of illustration, an excerpt from a speech delivered in the City Council of Guarulhos, State of São Paulo, on December 14, 2005 will be used.

KEYWORDS: Speech; Writing; Retextualization; Parliamentary discourse.

1. Considerações iniciais

Os discursos parlamentares constroem a história de um povo pelos resultados dos debates acerca dos temas apresentados no plenário. São esses discursos que conduzem os parlamentares à aprovação ou à rejeição de projetos que mudam a vida dos cidadãos em nível municipal, em nível estadual e em nível federal. Esses discursos construtores da memória de uma nação também contam sua história no momento em que são acessados anos ou séculos

depois. Isso acontece quando lemos discursos como o proferido pelo Deputado Ulysses Guimarães em 5 de outubro de 1988¹, do qual extraímos o seguinte trecho:

Dois de fevereiro de 1987: "Ecoam nesta sala as reivindicações das ruas. A Nação quer mudar, a Nação deve mudar, a Nação vai mudar". São palavras constantes do discurso de posse como Presidente da Assembleia Nacional Constituinte.

Hoje, 5 de outubro de 1988, no que tange à Constituição, a Nação mudou. (Palmas.) A Constituição mudou na sua elaboração, mudou na definição dos poderes, mudou restaurando a Federação, mudou quando quer mudar o homem em cidadão, e só é cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve, mora, tem hospital e remédio, lazer quando descansa. (Palmas.)

Num país de 30.401.000 analfabetos, afrontosos 25% da população, cabe advertir: a cidadania começa com o alfabeto.

Chegamos! Esperamos a Constituição como o vigia espera a aurora.

Esse pequeno recorte do discurso de Ulysses Guimarães revela a data de instalação da Assembleia Nacional Constituinte: "dois de fevereiro de 1987", e a data de promulgação da nova Constituição: "5 de outubro de 1988". O trecho traz à tona, também, dados sobre o analfabetismo no País e o sentimento do Deputado com relação a esses dados: "afrontosos 25% da população" e "a cidadania começa com o alfabeto".

Em virtude da relevância dos discursos proferidos no parlamento para o destino dos povos, é natural que se busque garantir fidelidade ao dito pelo orador e respeito ao seu estilo. Entretanto, esses dois requisitos fundamentais da boa retextualização do discurso parlamentar são impossíveis de serem atendidos plenamente, pois a transformação do código falado para o código escrito acarreta perdas inevitáveis, sobretudo nos aspectos relativos à prosódia, à ironia e aos movimentos corporais. Além desses entraves na transposição do texto oral para o escrito, ainda há o fato de que são utilizadas estratégias de retextualização (inserções, substituições e eliminações, dentre outras) que contribuem para o distanciamento entre o texto fonte e o derivado.

*Este artigo é um resumo atualizado da dissertação de Mestrado denominada **Discurso parlamentar: estratégias de retextualização** apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 26 de outubro de 2009. A pesquisa do Mestrado foi orientada pela Professora Doutora Vanda Maria da Silva Elias e contou com o apoio da CAPES.

** Doutoranda em Língua Portuguesa pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

¹Diário da Assembleia Nacional Constituinte, p. 322. Disponível em <http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/constituente/N025.pdf>. Acesso em 27 jul. 2013.

Das estratégias citadas acima, há evidências da preponderância de eliminações no processo de retextualização de discursos parlamentares. Por isso, levantamos a seguinte questão: As eliminações podem influenciar nos sentidos do texto? A fim de responder a tais questionamentos, adotaremos a seguinte metodologia: i) levantamento bibliográfico a respeito das relações fala e escrita e sobre retextualização; ii) seleção de discurso parlamentar retextualizado para análise; iii) levantamento das eliminações efetuadas no material selecionado; iv) discussão dos resultados.

Além destas considerações iniciais e das considerações finais, o artigo será composto de dois capítulos. No primeiro, com respaldo em trabalhos de estudiosos da Linguística Textual, da Análise da Conversação, da Sociolinguística Interacional e de outros textos relacionados ao assunto, serão apresentadas considerações teóricas a respeito da fala e da escrita e sobre o processo de retextualização. No segundo capítulo, após informações relativas ao material de análise e à metodologia utilizada, bem como sobre fatores intervenientes na sua retextualização, apresentaremos as eliminações encontradas no texto escolhido e discutiremos os resultados.

2. Pressupostos teóricos

2.1 Texto falado e texto escrito

Fala e escrita apresentam mais semelhanças que diferenças entre si, tanto no que diz respeito aos aspectos linguísticos quanto sociocomunicativos, conforme Marcuschi (2003). Segundo esse autor, as diferenças entre as duas modalidades da língua não são estanques nem dicotômicas, mas contínuas – ou pelo menos graduais – e podem ser mais bem compreendidas quando observadas no contínuo dos gêneros textuais. Com base nesse contínuo, o autor afirma que poucos são os gêneros textuais que podem ser considerados como genuinamente característicos da fala ou da escrita. Nessa mesma linha, destaca-se o posicionamento de Barros (2000), para quem os usos linguísticos que ocupariam os lugares extremos da fala e da escrita “puras” e “sem contágios” definidos como termos contrários são pouco comuns. A autora cita, como elementos definidores das diferenças entre fala e escrita, o tempo, o espaço, os atores e o plano de expressão.

Sobre esse último elemento, Barros afirma que há certas questões sobre a expressão que precisam ser examinadas quando se trata de textos falados e escritos. Uma delas é o fato de que a escrita não é uma simples transcrição da fala em outra substância de expressão, pois ela utiliza recursos diferentes dos usados pela fala para expressar, de modo diferente, conteúdos expressos

na fala pela sonoridade. Os sinais gráficos e a pontuação, por exemplo, são utilizados para cumprir, no texto escrito, as funções de coordenar as relações entre os interlocutores, organizadas na fala pela entoação e pela gestualidade. Nas palavras da autora:

A transcrição para a escrita de um texto falado ou a leitura oral de um texto escrito trazem marcas de escrita e de fala. Não se passa impunemente da substância sonora da fala à visual da escrita, pois há consequências no nível da forma da expressão e no plano do conteúdo (BARROS, 2000, p. 74).

Neves (2009), lembrando a inexistência de dicotomização rígida entre o texto falado e o texto escrito, afirma que essas duas modalidades diferem quanto aos modos de aquisição, aos métodos de produção, à transmissão, à recepção e às estruturas de organização. A autora pontua alguns contrastes entre o texto falado e o texto escrito, reforçando a ideia de que as diferenças entre as duas formas de texto são relativas. Apresentamos na tabela a seguir, resumidamente, os contrastes apontados pela autora (Cf. NEVES, 2009, p. 22-24).

Tabela 1. Texto falado e texto escrito.

No texto falado	No texto escrito
Maior ênfase, na fala espontânea, naquilo que se quer comunicar e no próprio ato de interação.	Grande ênfase, na escrita bem planejada, no como dizer para bem dizer.
A voz dos parceiros entra numa linearidade concertada, pactuada em presença.	A voz dos parceiros ocorre na linha do tempo, ligada à linha do espaço.
Monitoramento na produção (tanto do que já foi dito como do que se está a dizer) e também na recepção (sempre simultaneamente no planejamento).	Ausência de monitoramento, em princípio, com abertura para número indefinido de voltas e releituras do produtor.
Restrições ou interrupções no processo de elaboração.	Total liberdade do escritor para avaliar, direcionar e redirecionar sua elaboração textual.
Impossibilidade de o falante controlar permanentemente seus enunciados já produzidos.	Total controle do escritor sobre tudo aquilo que enunciou, dado o registro gráfico à sua disposição.
Esperam-se marcas de não acabamento do produto.	Tem-se o produto sempre como acabado, pelo menos provisoriamente.

Na última célula da primeira coluna dessa tabela vemos que, no texto falado, “esperam-se marcas de não acabamento do produto”. A esse respeito, Hilgert (2003) observa que, nessa modalidade da língua, a intenção comunicativa é construída na e pela formulação e, desse modo, o planejamento de uma atividade comunicativa só se completa depois de concluído o enunciado. O autor ressalta que é precisamente essa preocupação simultânea com o dizer e com o que dizer que deixa evidente, no texto falado, uma série de marcas responsáveis pela caracterização específica de sua formulação. Das marcas a que se refere o autor, destacamos a

hesitação, a *paráfrase* e a *correção*, as quais surgem em decorrência de “problemas” detectados pelo falante durante a formulação do texto. Na sequência, apresentamos algumas observações a respeito dessas três marcas.

A *hesitação* resulta de dificuldade encontrada pelo falante na formulação/linearização do texto, como falha de memória ou desconhecimento relativo ao assunto, ao vocabulário ou a estruturas linguísticas. De acordo com Marcuschi (1999), a hesitação não é uma propriedade ou característica do falante como tal nem da língua em si, mas um fenômeno de processamento. Segundo o autor, ela pode ser representada por fenômenos prosódicos, expressões hesitativas, itens funcionais, itens lexicais e fragmentos morfológicos.

A *paráfrase* é uma atividade de reformulação pela qual se restaura o conteúdo de um texto fonte em um texto derivado, com equivalência semântica, a fim de garantir a compreensão entre os interlocutores. Sobre a equivalência semântica, Hilgert (2003) informa que ela pode ir de um grau mínimo (só perceptível num quadro de conhecimentos extratextuais comum aos interlocutores) a um grau máximo (traduzido na pura repetição).

A *correção* é uma reelaboração do discurso com vistas ao “conserto” de formulações consideradas inadequadas pelo falante ou por seu interlocutor. Segundo Barros (2003), há dois tipos de correção: a *reparação* e a *correção propriamente dita*. A primeira tem por finalidade corrigir infrações conversacionais; a segunda relaciona-se a erros fonético-fonológicos, morfossintáticos e semântico-pragmáticos.

Além da hesitação, da paráfrase e da correção, não podemos nos esquecer da *inserção*, recurso utilizado no texto falado no intuito de facilitar a compreensão dos interlocutores. Por meio da inserção, de acordo com Koch (2003), introduzem-se explicações ou justificativas, faz-se alusão a conhecimento prévio, apresentam-se ilustrações ou exemplificações e fazem-se comentários metaformativos que têm, muitas vezes, a função de melhor organizar o mundo textual. Já que a inserção tem a função de facilitar a compreensão dos interlocutores pela criação de coordenadas para o estabelecimento de uma estrutura referencial, o material inserido não é eliminável sem prejuízo para a compreensão, afirma a autora.

Ainda é válido, neste trabalho, que se destaque o papel da *repetição*, cujo estudo, conforme Gómez (2004), vincula-se estreitamente ao estudo da paráfrase, pois, nos dois casos, volta-se sobre um segmento anterior para reformulá-lo. De acordo com Marcuschi (2003), a repetição é uma das características da oralidade – seja de itens lexicais, de sintagmas, de orações ou mesmo de estruturas – e gera construções paralelas em grande quantidade. Essas

construções, segundo o autor, costumam ser eliminadas na retextualização, junto com redundâncias informacionais e algumas reformulações parafrásticas.

No texto escrito, conforme expresso na última célula da segunda coluna da tabela apresentada, “Tem-se o produto sempre como acabado, pelo menos provisoriamente”. Ter o texto como acabado significa dizer que ele se apresenta limpo à vista do leitor, sem marcas de elaboração, produzido mediante estratégias que lhe são peculiares. Dessas estratégias, Rodrigues (2003) destaca as seguintes, sugeridas por Chafe (1982): *uso de nominalização* (processo pelo qual verbos e adjetivos se transformam em nomes que podem ser sujeitos ou objetos de outros verbos ou objetos de preposições); *uso de frases coordenadas* (a possibilidade de se apresentarem coordenados entre si sintagmas verbais de um lado e sintagmas nominais de outro constitui um artifício pelo qual maior quantidade de informação pode ser concentrada numa unidade de ideia); *uso de frases ou orações dependentes* (o maior tempo de que dispõe o escritor para escrever lhe dá condições de elaborar frases mais densas em termos de significado e mais complexas do ponto de vista sintático, resultando na integração de unidades de ideias em construções mais complexas).

Alguns elementos apontados como marcas de elaboração deixadas à mostra no texto falado também podem ficar expostos no texto escrito, em configurações próprias. Desses elementos, destacamos a correção e a repetição. A primeira, conforme Dionísio e Hoffnagel (2007), apesar de infrequente sua exposição no texto escrito, pode ocorrer em alguns casos, como nas anotações pessoais e nos trabalhos escolares e até mesmo em documentos oficiais. As autoras alertam que, apesar de marcas de correção em documentos poderem invalidá-los, tais marcas podem ser legalmente aceitas se atestadas pelo emissor em outro espaço do documento, sem rasura e com assinatura no local da alteração feita. A segunda, como afirmam as autoras, apesar de mais frequente na oralidade, também se faz presente na escrita, desempenhando forte recurso persuasivo. Elas consideram que a ideia de que repetir significa pobreza vocabular precisa ser repensada, pois a utilização de sinônimos não causa o mesmo efeito argumentativo que a repetição.

Um fator que não se pode deixar de discutir em um trabalho que envolve as relações entre fala e escrita é o contexto de produção e de uso dessas duas modalidades. Esse é o assunto do próximo item.

2.2 Texto e contexto na fala e na escrita

Como afirmam Koch e Elias (2006), um estudo do texto sem a consideração do contexto é altamente insuficiente pelo fato de certos enunciados serem ambíguos, demandando atenção a aspectos contextuais para a desambiguação. Conforme as autoras, nos primórdios das pesquisas sobre o texto, na fase da análise transfrástica, o contexto era visto apenas como o entorno verbal. A evolução desse ponto de vista partiu dos estudos da Pragmática, que passou a englobar, além do co-texto, a situação de interação imediata, a situação mediata e o contexto cognitivo dos interlocutores, sendo que esse último diz respeito a todos os tipos de conhecimentos arquivados na memória dos atores sociais, mobilizados por ocasião do intercâmbio verbal, informam as autoras.

O contexto é essencial para a formação de sentidos e abrange uma série de aspectos que envolvem processos interacionais, como atesta Marcuschi (2003) ao informar que os sentidos e as respectivas formas de organização linguística dos textos se dão no uso da língua, como atividade situada, tanto no caso da fala como da escrita. Em ambos os casos, a contextualização é necessária para a produção e a recepção, ou seja, para o funcionamento pleno da língua.

Para que a língua funcione plenamente, o conhecimento partilhado é uma das chaves para a construção de sentidos pelos participantes de um evento comunicativo, porém, aspectos subjetivos podem influenciar nesse processo devido aos modelos mentais dos interlocutores, acarretando entendimentos equivocados. Desse modo, conforme van Dijk (2012), embora na maioria das formas de discurso entre membros de uma mesma comunidade os modelos mentais sejam suficientemente semelhantes para garantir o sucesso da comunicação, esses modelos incorporam necessariamente elementos pessoais que tornam únicas todas as produções e, portanto, possibilitam mal-entendidos mesmo quando há muitos elementos socialmente compartilhados.

Os mal-entendidos de que fala van Dijk podem ter origem nos implícitos textuais. Conforme Marcuschi e Hoffnagel (2007), os textos escritos e falados são igualmente contextualizados e apresentam alto grau de implicitude. Para os autores:

A diferença está em que, no caso da escrita, é necessário verbalizar tudo, ao passo que, na oralidade, temos a possibilidade de usar a situação física e podemos apontar com o dedo ou outros recursos. Por outro lado, na escrita podemos usar fotos, gráficos, cores e uma série de recursos que fogem à ordem do alfabeto (MARCUSCHI; HOFFNAGEL, 2007, p. 92).

Essas considerações sobre o contexto nos servem de base para o próximo item, que trata de um contexto em particular, aquele em que se desenrolam os discursos parlamentares.

2.3 O contexto no discurso parlamentar

De acordo com van Dijk (2001), as propriedades definidoras de um gênero devem ser buscadas nas estruturas do texto e/ou da conversação, e os debates parlamentares não fogem à regra. Segundo o autor, boa parte da teoria sobre os debates parlamentares como gênero deveria ser formulada a partir das propriedades de seu contexto. Em outras palavras, antes de serem definidos por seus tópicos, por seu estilo ou pela troca de turnos, os debates parlamentares são definidos principalmente pelo fato de que as pessoas envolvidas nesses debates são membros do parlamento e têm lugar na instância política do parlamento, além de seus atores principais estarem atuando, no momento em que proferem seus discursos, como políticos ou como legisladores.

Os parlamentares podem falar sobre educação, saúde ou negócios, mas esses discursos não são construídos a partir das marcas contextuais próprias dos domínios da educação, da saúde ou dos negócios, afirma van Dijk, para quem os domínios podem, em certas ocasiões, estar fortemente relacionados e inclusive sobrepor-se. Assim, os parlamentares não são apenas representantes eleitos, mas também são legisladores e essa parte de sua atividade deve estar circunscrita ao domínio da justiça ou da lei. De fato, quando os políticos tomam suas decisões e organizam seus discursos a partir de interesses econômicos pessoais, há um cruzamento ilegal de domínios e pode haver críticas ou acusações de corrupção, conclui o autor.

No discurso parlamentar, como afirma van Dijk, os parlamentares compartilham grande parte de seus conhecimentos e crenças sobre os contextos que constroem e, além disso, sabem como os outros parlamentares definem a situação em curso em termos de seus próprios modelos mentais. Segundo o autor, esse conhecimento, representado no modelo mental chamado contexto, também pode estar ritualmente expresso ou formulado como nas situações em que, na Câmara dos Comuns britânica², os parlamentares do mesmo partido se dirigem uns aos outros com o vocativo “meu prezado amigo”, ainda que em outras situações sociais possam ser inimigos implacáveis.

²Embora o autor se refira ao contexto da Câmara dos Comuns britânica, as características contextuais dos atos parlamentares mencionadas por ele são comuns, se não a todas, à maioria das Casas Legislativas, inclusive às brasileiras.

Com relação ao espaço em que ocorrem os debates parlamentares, o autor salienta que, por determinação legal, esses debates acontecem em um espaço muito bem definido, o Parlamento, mencionado em inúmeros discursos por expressões como “aqui” ou “nesta Câmara”. Esses termos podem soar ambíguos, uma vez que tanto podem representar uma dêixis institucional de caráter global (aqui na instituição do Parlamento) como uma dêixis espacial de caráter local (neste Parlamento no sentido de edifício), afirma o autor.³

O cenário temporal, de acordo com van Dijk, pode ser definido, em sua maioria, como um dia ou uma data específica por expressões como “hoje”, que estão ligadas naturalmente às atas do Parlamento. Os cenários temporais nos debates parlamentares também têm um significado legal e político muito além do dia e da data, pois esses componentes diacrônicos podem validar ou invalidar decisões parlamentares. O tempo é um dos mais valiosos recursos dos parlamentares e se regulamenta por normas bastante rígidas e a partir de estratégias governadas pelo poder e por outros critérios políticos. Conforme o autor:

Os oradores são visivelmente (e acusticamente) conscientes das restrições de tempo e suas intervenções veem-se, em boa parte, marcadas por elas. Observa-se, por exemplo, no aumento da velocidade da fala, na realização de resumos ou na solicitação de mais tempo ao presidente para continuar a fala (2001, tradução nossa).

As informações de van Dijk com relação ao contexto que envolve o discurso parlamentar são confirmadas por textos que conceituam ou regulamentam as atividades de plenário. Desses textos, citamos o Glossário da Câmara dos Deputados, a Constituição Federal da República Federativa do Brasil e o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. No Glossário, o termo *discurso parlamentar* é definido como “pronunciamento público de parlamentar na tribuna da Casa legislativa sobre assunto determinado”. Nessa definição, estão implícitos o *tópico* (assunto determinado), a *situação* (pronunciamento público), os *papéis dos participantes* (parlamentar) e o *meio do discurso* (tribuna da Casa legislativa). Esses quatro itens devem ser respeitados para o bom andamento dos trabalhos; porém, não são raras as oportunidades em que se observam desrespeito a esses itens, acarretando protestos entre os pares e advertências do presidente da sessão.

³Nas atas de sessões parlamentares, tanto nas integrais quanto nas resumidas, é comum a inserção de pistas de contextualização para evitar ambiguidades. Além disso, a palavra “plenário” costuma ser grafada com inicial maiúscula para o primeiro caso citado por van Dijk e inicial minúscula para o segundo caso.

No Brasil, o parlamentar tem liberdade de expressão garantida constitucionalmente, conforme se observa no Artigo 53 da Constituição Federal: “Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos”. Essa liberdade estende-se aos Vereadores, como previsto no Inciso VIII do Artigo 29 da mesma Constituição: “VIII – inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município”.

A Constituição garante o direito de palavras e opiniões aos parlamentares, porém, há limites a serem respeitados tendo em vista o decoro parlamentar⁴ e as regras estabelecidas pelos regimentos internos das casas legislativas para o bom andamento dos trabalhos no plenário. Assim, por exemplo, o Regimento Interno da Câmara dos Deputados estabelece, no artigo 98 parágrafo 6º: “Não será autorizada a publicação de pronunciamentos ou expressões atentatórias do decoro parlamentar, cabendo recurso do orador ao Plenário”.

Essas reflexões sobre o texto falado e o texto escrito nos servem de base para o próximo item, que tratará da conversão do texto da forma oral para a escrita.

2.4 Da fala para a escrita

2.4.1 A retextualização em pauta

Apesar de à primeira vista parecer que a passagem da fala para a escrita ocorre apenas em situações específicas, essa atividade é frequente em nosso dia a dia, conforme atesta Marcuschi:

As atividades de retextualização são rotinas usuais altamente automatizadas, mas não mecânicas, que se apresentam como ações aparentemente não-problemáticas, já que lidamos com elas o tempo todo nas sucessivas reformulações dos mesmos textos numa intrincada variação de registros, gêneros textuais, níveis linguísticos e estilos (MARCUSCHI, 2003, p. 48).

Para o autor, os procedimentos de retextualização envolvem operações complexas que podem interferir tanto no código quanto no sentido e evidenciam uma série de aspectos nem sempre bem compreendidos da relação oralidade-escrita. Ele apresenta um modelo com dez operações de retextualização, das quais destacamos duas, a primeira e a terceira, que dizem respeito diretamente a este trabalho.

⁴“Princípios éticos e normas de conduta que devem orientar o comportamento do parlamentar no exercício de seu mandato”. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/glossario>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

1ª OPERAÇÃO: Eliminação de marcas estritamente interacionais, hesitações e partes de palavras (*estratégia de eliminação* baseada na idealização linguística).

[...]

3ª OPERAÇÃO: Retirada de repetições, reduplicações, redundâncias, paráfrases e pronomes egóticos (*estratégia de eliminação* para uma condensação linguística) (p. 75).

O autor afirma que, nas operações de transformação da fala para a escrita, há uma redução elevada de elementos linguísticos que vai além das hesitações e dos marcadores conversacionais. Além dos itens explícitos nas operações indicadas, o autor informa que a eliminação acontece principalmente entre as palavras de função, como os artigos, os pronomes, as preposições, as conjunções etc. Os substantivos, os verbos e os adjetivos, cuja substituição é mais problemática, costumam permanecer. Marcuschi frisa, porém, que se parte do pressuposto básico de que seja preservado, na medida do possível, o mesmo volume de informações nos dois textos, porém, em sentido estrito, é impossível a manutenção do volume de informações, pois os marcadores conversacionais, as hesitações, as repetições e outros itens eliminados, bem como a inversão da ordem tópica, implicam alteração nas intenções e, conseqüentemente, na informação.

O conhecimento é a condição primeira para a compreensão que, por sua vez, é a condição primeira da boa retextualização. É oportuna, aqui, a transcrição do seguinte trecho de Marcuschi (2003):

Há nestas atividades de retextualização um aspecto geralmente ignorado e de uma importância imensa. Pois para dizer de outro modo, em outra modalidade ou em outro gênero o que foi dito ou escrito por alguém, devo inevitavelmente *compreender* o que foi que esse alguém disse ou quis dizer. (p. 47, grifo do autor).

Ainda sobre a influência dos aspectos cognitivos na retextualização, o autor observa que, assim como dois falantes só interagem na suposição de certa compreensão mútua, um indivíduo só pode retextualizar na suposição de compreensão do texto de origem. O autor adverte que o não-entendimento de um texto não impede a retextualização, mas pode conduzir a uma transformação problemática, que pode chegar ao falseamento.

A importância da compreensão na passagem do texto oral para o escrito vem sendo apregoada desde há muito tempo por profissionais da retextualização, como se observa no texto de Jos Schaerlaekens, professor belga de taquigrafia.

A prática da estenografia requer atenção permanente do profissional. Este não age como mecânico, a registrar séries de sons ou palavras justapostas para reprodução posterior. O que ele anota são ideias expressas por sons e palavras e o que dele se espera é a reprodução fiel dessas ideias.

Tal objetivo o estenógrafo não alcançará plenamente a não ser que, ao longo do apanhamento, esteja em condições de compreender o sentido do que estenografa e, quando da tradução, fixe particularmente sua atenção no sentido. Isto lhe permitirá produzir cópia exata do que foi dito (ou ditado) (SCHAERLAEKENS, 1949, grifo nosso).

Os três últimos parágrafos apontam para uma das dificuldades do retextualizador de discursos parlamentares: o conhecimento. Não apenas o conhecimento prévio, mas também aquele que é adquirido durante a atividade de retextualização, por meio de consultas às mais diversas fontes.

2.4.2 A retextualização de discursos parlamentares

A retextualização de discursos parlamentares, apesar de extensamente praticada, não tem sido contemplada por muitos pesquisadores. Dos estudos referentes ao tema, destacamos Cortelazzo (1985) que, no intuito de verificar a fidelidade de notas estenográficas de discursos proferidos no parlamento italiano às falas dos oradores, procedeu à comparação de discursos pronunciados naquele parlamento com suas respectivas transcrições.

Dentre alterações como substituição, inserção e deslocamento, o autor relata grande quantidade de eliminações nos textos analisados, sendo que os elementos eliminados com mais frequência são aqueles ligados a hesitações ou a mecanismos de coesão textual para os quais a escrita dispõe de sinais diferentes daqueles da fala. Nesse sentido, a conjunção *e*, tanto na função aditiva quanto introdutória (usada para indicar o início de uma nova parte do texto), é eliminada sistematicamente, o mesmo ocorrendo com a conjunção *mas*, com a qual o falante assinala que está interrompendo um certo desenvolvimento do discurso e introduzindo uma nova orientação ou ponto de vista no seu texto. Além dos conectivos, os pronomes (em particular de primeira pessoa, tanto no singular quanto no plural, tônicos ou átonos) têm eliminação representativa, sobretudo os egóticos e os enfáticos, assinala o autor.

Da mesma forma que Cortelazzo no Parlamento Italiano, Ribeiro (2010), comparando transcrições de discursos parlamentares proferidos na Assembleia da República Portuguesa com o áudio desses discursos, constatou alterações em diversos níveis, inclusive no tocante a eliminações, como podemos depreender do seguinte trecho:

Como se pode confirmar, existem, realmente, diferenças entre as duas transcrições, não só ao nível de frequência dos lemas, mas também da sua ocorrência e/ou ausência. *Grosso modo*, podemos concluir que, de acordo com o excerto que apresentamos, na nossa transcrição existem mais palavras do que na transcrição apresentada no *Diário da República Portuguesa* (RIBEIRO, 2010, p. 87).

No Brasil, temos alguns estudos voltados ao tema, produzidos por profissionais envolvidos com a retextualização de discursos parlamentares. Desses trabalhos, destacamos Dourado (2008), que discute os limites do revisor no discurso parlamentar. Dessa monografia, ressaltamos a informação de que, na Câmara dos Deputados, os discursos passam por mais de uma etapa de revisão, ou seja, após a transformação do discurso oral para a forma escrita por um retextualizador inicial (o taquígrafo), o texto passa por revisores e supervisores que efetuam outros procedimentos de retextualização. Se a ação do primeiro retextualizador acarreta afastamento do texto escrito em relação ao texto falado, a do revisor e do supervisor pode aumentar mais ainda a distância entre os dois textos. Esse fato, conforme o autor, faz com que a Mesa Diretora, quando necessita dos pronunciamentos transcritos, prefira as notas taquigráficas sem revisão.

Souza (2009) também trata da revisão de discurso parlamentar na Câmara dos Deputados. De acordo com o autor, “os revisores têm a incumbência de interferir no texto resultante do discurso proferido pelos parlamentares no plenário principal da Casa, de modo a livrá-lo de possíveis erros gramaticais e incoerências”. As alterações, porém, podem interferir no sentido do texto, já que Souza dá conta de que “ocorrem alterações que produzem sentido diverso daquele que procurou transmitir, da tribuna, o deputado”.

Além dos dois trabalhos acima, de autoria de servidores da Câmara dos Deputados, temos Oliveira (2009), cujo foco são as estratégias de eliminação, de inserção e de substituição utilizadas na transcrição de discursos de vereadores da Câmara Municipal de Guarulhos. Esse estudo revelou alterações relacionadas à adequação do texto à modalidade escrita, ao atendimento a normas regimentais e à explicitação do contexto, conforme previsto no modelo de Marcuschi (2003) e em manuais de retextualização.

Essas considerações teóricas nos embasam para a continuação deste trabalho, ou seja, para a discussão a respeito da estratégia de eliminação em discursos parlamentares.

3. A eliminação no discurso parlamentar

3.1 Um exemplo

Neste artigo, a título de exemplificação, analisaremos um discurso proferido na 54ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Guarulhos, realizada em 14 de setembro de 2005. O tema do discurso é um veto total a um projeto de lei relativo a aumento do tempo de tolerância para estacionamento na “Zona Azul”⁵ do Município de Guarulhos.

O discurso está numerado de cinco em cinco linhas, disposto em duas colunas: na primeira, encontra-se o texto transcrito de acordo com as normas do Projeto NURC/SP, ao qual chamaremos de texto transcrito (TT); na segunda, está o texto retextualizado (TR). Apesar de o texto apresentar diversas alterações (substituição, inserção, deslocamento), cuidaremos apenas das eliminações, objeto deste artigo.

Com a finalidade de resguardar envolvidos nos discursos, os oradores serão identificados simplesmente por “ORADOR” ou “ORADORA” e as pessoas citadas serão representadas por letras, em ordem crescente. Quando uma pessoa for citada mais de uma vez no mesmo texto, será identificada com a letra que a classificou pela primeira vez.

3.2 Variáveis intervenientes

Para o melhor entendimento dos fenômenos ocorridos na retextualização do texto analisado e dos comentários, destacamos as seguintes variáveis que podem ter interferido na retextualização:

a. Conhecimentos do retextualizador. Alguns retextualizadores dos textos analisados têm formação de nível médio e outros, de nível superior. Consideramos que os conhecimentos essenciais ao retextualizador não estão apenas em seu nível de escolaridade, mas também e principalmente no conhecimento prévio, que envolve o conhecimento enciclopédico adquirido fora das instituições de ensino; no conhecimento partilhado, proporcionado pelo convívio orador-retextualizador; e nos conhecimentos interacional e operacional, adquiridos no contexto de trabalho;

⁵Sistema de estacionamento rotativo pago, em logradouros públicos.

b. Relação entre o produtor do texto e o transformador. O produtor do texto é vereador da Câmara Municipal de Guarulhos e os transformadores são taquígrafos com bastante contato com o orador, já que convivem com ele desde 2002, época em que iniciaram suas atividades naquela Casa legislativa. O tempo de convivência dos taquígrafos com o vereador na época em que foi produzido o texto em análise era de três anos, o que consideramos suficiente para a constituição do conhecimento compartilhado necessário para a retextualização;

c. Propósito. O propósito da retextualização do material analisado é a elaboração de ata de sessão ordinária da Câmara Municipal de Guarulhos. A variável “propósito” tem papel fundamental nos processos de retextualização, uma vez que o nível de intervenção do retextualizador depende daquilo a que se destina o material retextualizado.

d. Processos de formulação. Na Câmara Municipal de Guarulhos, a maioria dos discursos é não planejada, ou seja, não são escritos para serem lidos. Isso favorece a presença de maior quantidade de elementos característicos da fala (repetições, autocorreções, hesitações, digressões etc.) e a frouxidão do discurso no tocante a aspectos formais. A formulação improvisada do discurso no ambiente parlamentar pode ocorrer em diversos níveis, ou seja, o orador pode ter um esboço do que pretende falar e, assim, proferir um discurso mais ou menos planejado; ele pode, também, falar sem planejamento algum quando incitado por colegas ou quando sentir necessidade imediata de defender alguma causa. O discurso que analisaremos neste trabalho enquadra-se no primeiro caso, pois, para encaminhar a votação do projeto, certamente o orador tinha, em sua mente, um esboço do que pretendia falar.

Fornecidas as informações sobre o texto selecionado e as variáveis que podem ter interferido na retextualização, passaremos à análise.

3.3 Análise

Quadro 1. Texto transcrito e texto retextualizado.

TEXTO TRANSCRITO (313 palavras)	TEXTO RETEXTUALIZADO (274 palavras)
ORADOR – senhor presidente senhores vereadores... vou até tentar ser breve – nós temos cinco minutos – a questão aqui colocada... até alguns vereadores/... gostei até:: do pronunciamento do vereador A de que ele vota	ORADOR ((Para encaminhar a votação)) – Senhor Presidente, Senhores Vereadores, vou até tentar ser breve, temos cinco minutos. A questão aqui colocada... Gostei até do pronunciamento do Vereador A. Ele vota com a maioria e a maioria

<p>com a maioria e a maioria é sábia mas nós estamos votando um projeto que envolve não apenas funcionários mas também a populaÇÃO... então nós teríamos que realmente vereador A ouvir a população porque eu recebi e-mails... não sei se vossa excelência recebeu e-mail parabenizando pelo seu voto quando vossa excelência votou favorável... nós vimos a reportagem da Big TV quando falada nas ruas todo mundo elogiando o projeto... eu queria saber que maioria né?... fico contente de vossa excelência votar com a maioria... bom na realidade gente o que eu quero tentar deixar claro aqui – até para as orientadoras – na reunião que nós tivemos lá dentro em nenhum momento nós ouvimos em que iria atrapalhar as operadoras... nós ouvimos o seguinte... “nós temos que democratizar o espaço”... quero saber o que que está... éh/... que não está democratizando o espaço com essa medida... nós ouvimos lá dentro vereador B... nós ouvimos lá dentro – e vossa excelência estava lá também – na/... que as orientadoras teriam muitos problemas porque elas teriam que notificar e isso daria um maior trabalho... foi isso que nós ouvimos lá dentro... então também tenho certeza que isso não é problema nenhum... eu queria saber o que que vai atrapalhar as orientadoras... nenhuma pessoa lá nos explicou... outro detalhe... perguntado ao C – da Associação Comercial – o que que ele nos falou? “vereador vossa excelência tem razão”... eu fiz a seguinte pra/... pergunta pra ele... antes de entrar no mérito se a Prefeitura vai ter que criar um novo formulário... que eu acredito que basta ter CRIAtivida::de... que você pode usar o mesmo formulário... quando se QUER... quando se que::r aqui... gasta TANTo dinheiro com panfle::to gente... tanto dinheiro com publicida::de...</p>	<p>é sábia. Agora, estamos votando projeto que envolve não apenas funcionários, mas também a população. Então, teríamos de realmente, Vereador A, ouvir a população. Recebi e-mails, não sei se V.Exa. recebeu e-mail, parabenizando pelo seu voto, quando V.Exa. votou favorável. Nós vimos a reportagem na Big TV quando falada nas ruas todo mundo elogiando o projeto. Eu queria saber que maioria. Fico contente de V.Exa. votar com a maioria. Na realidade, o que eu quero tentar deixar claro aqui, até para as orientadoras, na reunião que nós tivemos lá dentro, em nenhum momento, ouvimos que iria atrapalhar as operadoras. Nós ouvimos o seguinte: Temos que democratizar o espaço. Quero saber o que não está democratizando o espaço com essa medida. Nós ouvimos lá dentro, Vereador B, V.Exa. estava lá também, que as orientadoras teriam muitos problemas, porque elas teriam que notificar e isso daria um maior trabalho. Foi isso que nós ouvimos lá dentro. Então, também tenho certeza que isso não é problema nenhum. Eu queria saber o que vai atrapalhar as orientadoras. Nenhuma pessoa lá me explicou. Outro detalhe: perguntado ao C, da Associação Comercial, o que ele nos falou? “Vereador, V.Exa. tem razão”. Eu fiz a seguinte pergunta para ele: Antes de entrar no mérito, a Prefeitura vai ter que criar um novo formulário? Porque eu acredito que basta ter criatividade, você pode usar o mesmo formulário. Quando se quer aqui, gasta tanto dinheiro com panfleto, gente! Tanto dinheiro com publicidade.</p>
---	---

Comparando o texto transcrito com o texto retextualizado, observamos as seguintes eliminações:

a) **O artigo indefinido** do segmento “estamos votando *um* projeto que envolve não apenas funcionários” (linhas 7-8TT) foi eliminado, conforme se verifica na sequência “estamos votando projeto que envolve não apenas funcionários” (linhas 6-8TR);

b) Foram eliminadas **as hesitações** representadas por:

- ✓ Expressão hesitativa “éh/” da sequência “quero saber o que que está... éh/... que não está democratizando o espaço” (linhas 24-25TT), como se percebe

no enunciado “Quero saber o que não está democratizando o espaço” (linhas 22-23TR).

- ✓ Preposição presente na sequência “Eu fiz a seguinte *pra*/... pergunta pra ele...” (linha 38TT), como se observa no enunciado “Eu fiz a seguinte pergunta para ele” (linhas 33-34TR).
- ✓ Preposição constante do segmento “nós ouvimos lá dentro – e vossa excelência estava lá também – *na*/... que as orientadoras teriam muitos problemas” (linhas 27-29TT), como se verifica no segmento “Nós ouvimos lá dentro, Vereador B, V.Exa. estava lá também, que as orientadoras teriam muitos problemas” (linhas 23-25TR).
- ✓ Sequências textuais abandonadas presentes nos segmentos “a questão aqui colocada... *até alguns vereadores*/... gostei até:: do pronunciamento do Vereador A” (linhas 3-5TT) e “quero saber o *que que está*... *éh*/... que não está democratizando o espaço” (linhas 24-25TT), conforme se verifica nos enunciados “A questão aqui colocada... Gostei até do pronunciamento do Vereador A” (linhas 3-5TR) e “Quero saber o que não está democratizando o espaço” (linhas 22-23TR);

c) A **preposição “em”** do segmento “em nenhum momento nós ouvimos *em* que iria atrapalhar as operadoras” (linhas 21-22TT) foi eliminada, conforme se percebe na sequência “em nenhum momento, ouvimos que iria atrapalhar as operadoras” (linhas 19-20TR);

d) Foram excluídos os **pronomes egóticos** dos segmentos:

- ✓ “vou até tentar ser breve – *nós* temos cinco minutos” (linhas 2-3TT), como se verifica na sequência “vou até tentar ser breve, temos cinco minutos” (linhas 2-3TR);
- ✓ “e a maioria é sábia mas *nós* estamos votando um projeto que envolve não apenas funcionários” (linhas 6-8TT), como se verifica na sequência “e a maioria é sábia. Agora, estamos votando projeto que envolve não apenas funcionários” (linhas 6-8TR);
- ✓ “então *nós* teríamos que realmen::te vereador A” (linhas 8-9TT), como se verifica na sequência “Então, teríamos de realmente, Vereador A” (linhas 9-10TR);
- ✓ “ouvir a população porque *eu* recebi e-mails” (linhas 10-11TT), como se verifica na sequência “ouvir a população. Recebi e-mails” (linha 9-10TR);
- ✓ “em nenhum momento *nós* ouvimos em que iria atrapalhar as operadoras” (linhas 21-22TT), como se verifica na sequência “em nenhum momento,

ouvimos que iria atrapalhar as operadoras” (linhas 19-20TR);

- ✓ “nós ouvimos o seguinte... ‘*nós* temos que democratizar o esPAço” (linhas 22-24TT), como se verifica na sequência “Nós ouvimos o seguinte: Temos que democratizar o espaço” (linhas 20-21TR);

e) A **repetição** constante da sequência “nós ouvimos lá dentro vereador B... *nós ouvimos lá dentro* – e vossa excelência estava lá também” (linhas 26-28TT) e o **termo repetido** no segmento “quando se QUER... *quando se que::r aqui...* gasta TANTo dinheiro com panfle::to gente... tanto dinheiro com publicida::de...” (linhas 42-45TT) foram eliminados, conforme se verifica nos enunciados “Nós ouvimos lá dentro, Vereador B, V.Exa. estava lá também” (linhas 23-24TR) e “Quando se quer aqui, gasta tanto dinheiro com panfleto, gente!” (linhas 37-39TR).

Feito o levantamento das eliminações efetuadas pelos retextualizadores, passaremos à discussão dessas eliminações e suas interferências no sentido do texto.

3.4 Discussão dos resultados

Os procedimentos de eliminação constam da primeira e da terceira operações do modelo proposto por Marcuschi (2003). Nesse modelo são previstas a eliminação de marcas interacionais, de hesitações, de partes de palavras, de repetições, de reduplicações, de redundâncias, de paráfrases e de pronomes egóticos. As eliminações encontradas no texto analisado são representadas principalmente pelos pronomes egóticos, pelas hesitações e pelas repetições. A seguir, teceremos alguns comentários a respeito da eliminação desses três itens, como também de outros elementos suprimidos com menor número de ocorrências, como palavras de função (artigos, conjunções e preposições) e sequências textuais abandonadas.

3.4.1 Pronomes egóticos

Diante da frequência com que os pronomes egóticos são eliminados nas retextualizações, são oportunas algumas observações acerca do uso e da eliminação desses pronomes, tanto de primeira pessoa do singular quanto de primeira pessoa do plural. Com referência aos pronomes de primeira pessoa do singular, as desinências indicam a pessoa, mas há homonímia nos casos em que não há morfema próprio que distinga a pessoa (eu) da não pessoa (ele). Isso significa que pode haver ambiguidade causada pela omissão do pronome

egótico (Cf. VILELA; KOCH, 2001, p. 163-164). Esse é o caso do pretérito imperfeito, do pretérito mais que perfeito e do futuro do pretérito, de todos os tempos do subjuntivo e do infinitivo flexionado, em que a primeira e a terceira pessoas têm a mesma desinência.

O texto apresenta eliminações de pronomes de primeira pessoa do singular na sequência “*eu* recebi e-mails... não sei se vossa excelência recebeu e-mail” (linhas 11-12TT). O orador recebeu e-mails, e isso o distingue de seus pares, que talvez não o tenham recebido. A eliminação do pronome não gera ambiguidade uma vez que o verbo deixa claro a pessoa, mas interfere na argumentação e no estilo do orador.

A respeito dos pronomes de primeira pessoa do plural, iniciamos nossos comentários com as palavras de van Dijk (2000):

Na fronteira da sintaxe e da semântica, o estudo dos pronomes sempre tem se mostrado relevante, especialmente no estudo do discurso político. De fato, a oposição entre “*nós*” e “*eles*” tornou-se prototípica da polarização de (representações mentais a respeito de) grupos internos e externos. Também em debates parlamentares é muito útil estabelecer a quem exatamente o orador se refere quando usa “*nós*”. Dada a possibilidade de múltiplas identidades sociais dos oradores, os “grupos internos” que “*nós*” pode denotar pode ir de “*nós, no mundo ocidental*” e “*nós povo holandês*” a “*nós povo branco holandês*”, “*nós (todos) aqui no parlamento*” ou “*nós de nosso partido*” (p. 95, tradução nossa).

Trazendo as palavras de van Dijk para o nosso contexto, podemos dizer que o parlamentar discursa em seu nome – e então ressalta seu “*eu*” na participação do evento – ou fala em nome do grupo do qual faz parte, que pode ser um grupo interno ao parlamento (uma comissão, um bloco partidário, o conjunto de parlamentares) ou um grupo externo ao parlamento (o partido político, as comunidades as quais representa ou a população em geral) e, nesse caso, enfatiza a participação do grupo. A seleção de grupos deixa claro que, nos debates parlamentares, o “*nós*” tem diversas gradações, indo de um “*nós*” restrito (no caso das comissões) até um *nós* universal (quando o orador fala em nome da população).

O texto apresenta oito exemplos de “*nós*” restrito. Dois de “*nós* vereadores”: “*nós* estamos votando um projeto” (linha 6TT) e “*nós* teríamos que realmen:te” (linhas 9-10TT) e seis de “*nós* comissão”⁶: “na reunião que *nós* tivemos lá dentro” (linhas 20-21TT), “em nenhum momento *nós* ouvimos” (linha 21TT), “*nós* ouvimos o seguinte” (linha 22-23TT), “*nós* ouvimos

⁶O orador, na época, era presidente da Comissão de Transporte.

lá dentro” (linha 26TT), “*nós* ouvimos lá dentro” (linha 27TT) e “*nós* ouvimos lá dentro” (linha 31TT).

Os dois primeiros exemplos marcam uma espécie de chamada, por parte do orador, de todos os vereadores para seu lado, já que estão juntos na votação de um projeto de interesse geral. As outras amostras apresentam um “*nós* comissão” que se contrapõe a “*vocês* vereadores” que não fazem parte da comissão, como a dizer: “nosso grupo está informado. Vocês podem nos acompanhar na votação”. Com esses pronomes o orador procura enfatizar, a todo momento, a responsabilidade dos grupos (comissão e vereadores). Ele não só usa os pronomes de primeira pessoa em seu discurso como também os repete ao longo de seu pronunciamento como forma de deixar patenteada a responsabilidade dos grupos.

Foram eliminados os pronomes dos dois primeiros exemplos, o da linha 21TT e o da linha 27TT, com o resto da oração. Essa operação descaracteriza o estilo do orador e afeta o texto sob o aspecto argumentativo.

3.4.2 Hesitações

As *hesitações* são representadas por fenômenos prosódicos (pausas e alongamentos vocálicos), expressões hesitativas, itens funcionais, itens lexicais, marcadores conversacionais acumulados e fragmentos morfológicos (cf. MARCUSCHI, 1999, p. 164-166). Sua eliminação é prevista no modelo de Marcuschi e recomendada por manuais de retextualização, como o *Manual do Detaq*: “Não registrar ocorrências de gaguejos em geral, como, por exemplo: ‘tá’, ‘tô’, ‘é...’, ‘é, é, é...’, ‘de, de, de...’, ‘né...’, ‘né..., né..., né...’ etc.”.

Cabe salientar, quanto aos fenômenos prosódicos, que os alongamentos vocálicos, mesmo quando funcionam como elementos de coesão rítmica ou têm valor enfático, raramente são marcados em retextualizações parlamentares. Quanto às pausas, que frequentemente correspondem a turnos validadores de atos legislativos, costumam ser marcadas sob a forma de pistas contextuais e acarretam, nesse caso, operações de inserção.

Em nosso texto, foram eliminadas hesitações representadas por expressão hesitativa, item funcional (preposição) e sequência abandonada, numa espécie de limpeza do texto, como previsto na primeira operação do modelo de Marcuschi e, também, como recomenda o Manual da Associação Canadense de Hansard (*Hansard Association of Canada Style Guide*): “Se um membro começa a dizer alguma coisa e em seguida muda de ideia, elimine o trecho se ele não for importante”.

3.4.3 Repetições

As *repetições* costumam ser eliminadas nas retextualizações por serem consideradas redundâncias. No campo da retextualização parlamentar, encontram-se recomendações para essa prática em alguns dos manuais analisados, como o manual da Associação Canadense de Hansard, o qual recomenda que sejam evitadas repetições desnecessárias e que elas sejam mantidas apenas em casos de ênfase.

Antes de se avaliar a eliminação de repetições, deve-se ter em mente que elas podem ter funções retóricas (didáticas, intensificadoras ou argumentativas). Lembramos, aqui, Dionísio e Hoffnagel (2007), as quais pregam a revisão da ideia de que repetir significa pobreza vocabular, já que a utilização de sinônimos não causa o mesmo efeito argumentativo que a repetição. Ainda é providencial que citemos Koch (2003, p. 127): “Trata-se da estratégia a que costume denominar informalmente de ‘água mole em pedra dura’: repete-se como meio de ‘martelar’ na mente do interlocutor até que este se deixe persuadir”.

O texto apresenta exemplos da técnica da “água mole em pedra dura” na repetição, por cinco vezes, do segmento “nós ouvimos” (linhas 21TT, 22TT, 26TT, 27TT e 31TT). Além desse exemplo, temos a expressão “lá dentro” repetida nas linhas 20-21, 26, 27 e 31, e “lá” nas linhas 28 e 34. O orador procura, com essas repetições, reforçar, na mente dos parceiros de comissão, as informações que tiveram sobre o pagamento do tempo de tolerância na zona azul e “plantar”, na cabeça dos outros vereadores, a ideia de que sua defesa baseia-se em informações compartilhadas com os membros da comissão. Dessas repetições foi eliminada a da linha 27TT: “nós ouvimos lá dentro vereador B, *nós ouvimos lá dentro* – e vossa excelência estava lá também” (linhas 26-28TT), resultando no enunciado “Nós ouvimos lá dentro, Vereador B, V.Exa. estava lá também” (linhas 23-24TR), com nítida redução da carga apelativa.

3.4.4 Palavras de função

Das palavras de função eliminadas em nosso texto, temos exemplos de *artigo* e de *preposição*. Na linha 7TT, temos a eliminação de um artigo indefinido: “estamos votando *um* projeto”. Com relação ao valor dos artigos, Vilela e Koch (2001, p. 202) informam: “O artigo no texto serve para caracterizar e distinguir entre o dado e o novo, e esta função está ligada a uma outra, a de indicar se o substantivo denota um único exemplar de uma dada espécie ou se toda a espécie”. A informação de Vilela e Koch nos autoriza a dizer que, em nosso texto, a

eliminação do artigo anula o relevo do objeto de discussão: é “*um* projeto que envolve não apenas funcionários, mas a população”, ou seja, não é um projeto qualquer.

Sobre a eliminação de preposições, lembramos que elas têm capacidade de regência e interferem nas relações semânticas entre os elementos que ligam (cf. VILELA; KOCH, 2001, p. 256). Bechara (1999, p. 298), por seu turno, afirma que cada preposição tem o seu significado unitário, fundamental, primário, que se desdobra em outros significados contextuais em acepções particulares que emergem do nosso saber sobre as coisas e da nossa experiência de mundo. Ainda para o autor, na relação dos “significados” das preposições, há sempre um significado unitário de língua, que se desdobra em sentidos contextuais a que se chega pelo contexto e pela situação.

Como exemplo de eliminação de preposição, destacamos a da sequência “em nenhum momento nós ouvimos *em* que iria atrapalhar as operadoras” (linhas 21-22TT do Texto 2). No trecho transcrito, o formulário traria dificuldades para as operadoras sob algum aspecto operacional; no texto retextualizado, o formulário traria problemas de qualquer forma, portanto, os dois enunciados têm sentidos diferentes.

4. Considerações finais

Neste artigo, com a finalidade de responder se as eliminações efetuadas na retextualização de discursos parlamentares podem ter influência nos sentidos do texto, empreendemos uma revisão da literatura acerca das relações fala e escrita, sobre texto e contexto nas duas modalidades da língua, a respeito do contexto no discurso parlamentar e, também, sobre a retextualização em geral e no discurso parlamentar. Analisamos um discurso parlamentar e apontamos as eliminações que ele apresenta e, depois, comentamos as implicações dessas eliminações para os sentidos do texto.

A análise revelou a eliminação de pronomes egóticos, de hesitações, de repetições, de artigos e de preposições. Entendemos que as eliminações encontradas influenciam nos sentidos do texto analisado e comprometem o estilo do orador, já que envolvem pronomes egóticos e repetições, elementos usados por ele como recursos argumentativos. Além disso, a eliminação do artigo e da preposição muda o dito tendo em vista as relações que esses itens têm com os outros elementos textuais, conforme vimos no item 3.4.4.

Cabe a observação de que os manuais de retextualização recomendam fidelidade ao dito e respeito ao estilo do orador, mas propiciam o não atendimento às suas orientações pela

_____. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados**. 10. ed. Brasília,, 2012. Disponível em:

http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1926/regimento_interno_10ed.pdf?sequence=20. Acesso em 22 ago. 2013.

CHAFE, W. Integration and involvement in speaking, writing and oral literature. In: TANNEN, D. (ed.). **Spoken and written language**. Norwood, New Jersey: Ablex, 1982.

CORTELAZZO, M. A. Dal parlato al (tra)scritto: i resoconti stenografici dei discorsi parlamentari. In HOLTUS, G.; RADTKE, E. (Org.) **Gesprochenes Italienische in Geschichte und Gegenwart**. Tübingen, Narr, 1985. p. 87-117.

DIONÍSIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. Estratégias de textualização na fala e na escrita. In: MARCUSCHI, L. A.; DIONÍSIO, A. P. (Org.). **Fala e escrita**. 1.ed., 1.reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 105-122. Disponível em: http://www.ufpe.br/ceel/e-books/Fala_Escrita_Livro.pdf. Acesso em: 12 jun. 2013.

DOURADO, H. F. **A transposição do texto falado para o texto escrito: os limites do revisor no discurso parlamentar**. Brasília: Câmara dos Deputados/Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2008. Monografia. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/3585>. Acesso em: 10 jun. 2013.

GÓMEZ, M. P. G. La repetición: formas y funciones en el discurso oral. In: **Archivo de Filología Aragonesa (LIX-LX)**. Zaragoza (Espanha): Fernando el Católico (C.S.I.C), 2004. p. 437-456. Disponível em: <http://ife.dpz.es/recursos/publicaciones/26/50/ebook2589.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2013.

HANSARD ASSOCIATION OF CANADA. **Hansard Association of Canada Style Guide**. Disponível em: <http://www.hansard.ca/styleguide.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2013.

HILGERT, G. Procedimentos de reformulação: a paráfrase. In: PRETI, D. (Org.) **Análise de textos orais**. 6. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003. (Projetos paralelos – NURC/SP – Núcleo USP). p.117-46.

KOCH, I. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. da S. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, L. A. A hesitação. In: NEVES, M. H. de M. (Org.). **Gramática do Português falado**. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Unicamp, 1999. Volume VII: Novos estudos. p. 159-94.

_____. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARCUSCHI, L. A.; HOFFNAGEL, J. A escrita no contexto dos usos linguísticos: caracterizando a escrita. In: MARCUSCHI, L. A.; DIONÍSIO, A. P. (Org.). **Fala e escrita**.

1.ed., 1.reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 85-104. Disponível em: http://www.ufpe.br/ceel/e-books/Fala_Escrita_Livro.pdf. Acesso em: 12 jun. 2013.

NEVES, M. H. de M. Fala e escrita: a mesma gramática: In: PRETI, D. (Org.) **Oralidade em textos escritos**. São Paulo: Humanitas, 2009. (Projetos Paralelos, 10). p. 19-40.

OLIVEIRA, M. R. de. **Discurso parlamentar**: estratégias de retextualização. 2009, 123p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

RIBEIRO, M. R. A palavra dita e a palavra escrita no discurso parlamentar. In: II Simpósio Mundial de Língua Portuguesa, 2009, Évora, Portugal. **Anais**. Évora: Universidade de Évora, 2010. p. 78-96. Disponível em: <http://www.simelp2009.uevora.pt/pdf/slg42/07.pdf>. Acesso em 22 ago. 2013.

RODRIGUES, A. C. S. Língua falada e língua escrita. In: PRETI, D. (Org.) **Análise de textos orais**. 6. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003. (Projetos Paralelos – NURC/SP – Núcleo USP). p. 15-37.

SCHAERLAEKENS, J. Estenografia: trabalho intelectual. **Revista Taquigráfica**, Rio de Janeiro, n. 106, nov. 1949. Disponível em: <http://www.taquigrafia.emfoco.nom.br/variedades.htm#estenografiatrabalhointelectual>. Acesso em: 22 ago. 2013.

SOUZA, J. M. **Revisão do discurso parlamentar no Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados**. Brasília: Câmara dos Deputados/Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2009. Monografia. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/3626>. Acesso em: 10 jul. 2013.

VAN DIJK, T. A. On the analysis of parliamentary debates on immigration. In: REISIGL, M.; WODAK, R. (Eds.). **The semiotics of racism**. Approaches to critical discourse analysis. p. 85-103. Vienna: Passagen Verlag, 2000. Disponível em: <http://www.discourses.org/OldArticles/On%20the%20analysis%20of%20parliamentary%20debates%20on%20immigration.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. Texto y contexto de los debates parlamentarios. **Revista Electrónica de Estudios Filológicos**, n. 2, nov. 2001. Disponível em: <http://www.um.es/tonosdigital/znum2/estudios/TAvanDijkTonos2.htm>. Acesso em: 22 ago. 2013.

_____. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. Tradução Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

VILELA, M.; KOCH, I. V. **Gramática da Língua Portuguesa**. Coimbra: Almedina, 2001.

Artigo recebido em: 30.08.2013

Artigo aprovado em: 11.12.2013